

SC Investimentos Agrícolas S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações de resultados	11
Demonstrações de resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

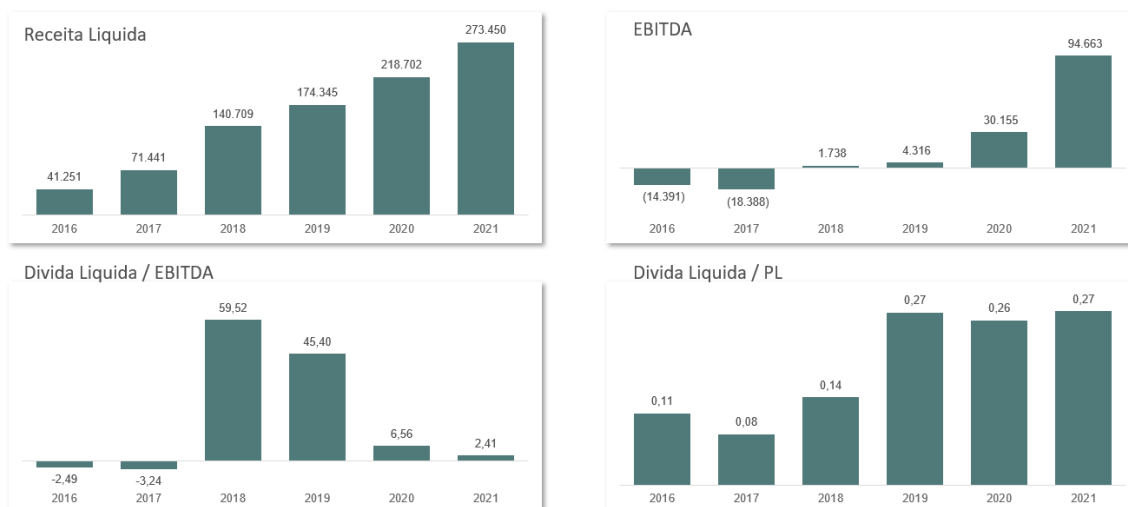
O ano de 2021 foi, mais uma vez, um grande período de aprendizado e evolução na nossa companhia. Enquanto observávamos o Brasil e o mundo se movimentando na direção de um maior controle da pandemia do coronavírus, também assistíamos os desbalanços nas cadeias de insumos globais, principalmente de commodities agrícolas. Ao mesmo tempo, a companhia seguiu no acultramento da gestão *Lean* através do Sistema de Gestão Santa Colomba (SGSC), digitalização de processos e no crescimento contínuo das áreas irrigadas com plantio de culturas de alto valor agregado.

Nos resultados de 2021, a Santa Colomba se beneficiou de dois movimentos impactantes em seus resultados. Primeiramente, os investimentos em pessoas, correção de solo, irrigação e maquinário nos possibilitou alavancar as produtividades das culturas em mais um ano, com destaque para o aumento de produtividade da soja e do tabaco. Na soja especificamente, o time operacional conseguiu a marca de segunda maior produtividade em área de competição do CESB (Comite Estratégico Soja Brasil) no Nordeste. Devido aos investimentos feitos em 2020, elevamos em aproximadamente 30% a área de plantio do algodão, duplicamos a área do cacau, aumentamos a área de soja aproximadamente em 20% e a área de milho destinado para semente em 30% contra 2019/2020.

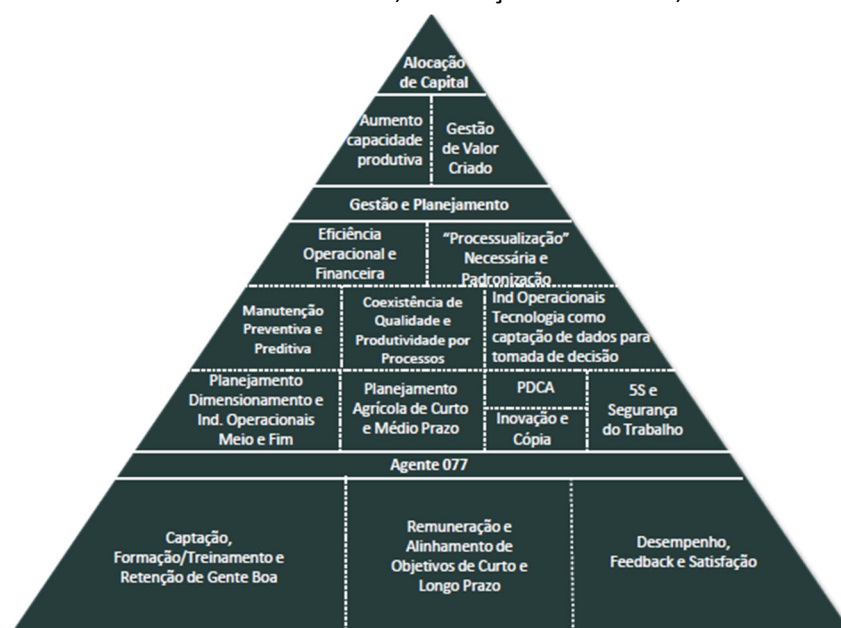
Pelo lado dos preços, a pandemia do coronavírus, forte injeção de capital através dos bancos centrais em políticas monetárias expansionistas, mudanças estruturais da cadeia de suínos chinesa, demanda por produtos agrícolas em níveis recordes globais e quebras de safra na América do Norte, América do Sul e China nos dois anos anteriores levaram a estoques globais de soja e milho a patamares bastante limitados, estes elementos somados elevaram os preços das commodities a numeros raríssimas vezes observados no setor. A Santa Colomba, através de sua política de hedge comercial, soube aproveitar deste período para contratar bons resultados para a safra de 2020/2021, fixando custos e preços em momentos propícios para boa margem de contribuição de todas as culturas.

A soma destes dois movimentos resultou em significativo aumento do faturamento em 2021, onde alcançamos a marca de R\$ 300 milhões, acréscimo de 25% em relação 2020 e resultado em lucro operacional antes de impostos, juros, depreciação e amortização (*EBITDA*) de R\$ 95 milhões. A forte geração de caixa operacional e redução do custo médio de captação resultou em uma relação dívida líquida/*EBITDA* de 2,4x; nível bastante sadio para uma empresa em crescimento acelerado e com perfil de risco baixo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



A companhia consolida um crescimento médio de receita de 49% entre 2016 e 2021. Para continuarmos apresentando crescimento de dois dígitos elevados, investimos nos últimos 18 meses no aperfeiçoamento de nosso modelo de gestão. A implementação do SGSC é um processo evolutivo, uma jornada onde investimos fortemente em treinamento, aculturação de nossa filosofia de gestão, em digitalização de processos e proximidade com os clientes. Em 2021, tivemos a oportunidade de reescrever com nosso time nosso *Sonho Grande*, renovação dos valores, DNA e visão da companhia. Além disso, estabelecemos os princípios do Sistema de Gestão Santa Colomba, tendo como base as pessoas, a filosofia pautada em *lean*, segurança, velocidade de decisão e planejamento; consolidando em bons resultados capazes de gerar alta capacidade de investimento. Ao lado a ilustração dos princípios SGSC:



Tivemos oportunidade de estreitar ainda mais nosso relacionamento com nosso parceiro na produção de tabaco, onde conseguimos elevar a produtividade em 12%, sem nenhum caso de ruptura de entrega de áreas contratadas. Também fortalecemos nosso relacionamento com a *Syngenta Seeds* com aumento dos campos de milho destinados para semente, onde entregamos boas produtividades a nossos parceiros e auxiliamos no escoamento da safra. Firmamos forte parceria com a sementeira

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



de soja Boa Safra Sementes, onde nos tornamos o maior cooperado parceiro da companhia na Bahia e segundo a nível nacional.

Ainda neste ano, aliado à nossa visão de ser referência e parceiro ideal no agronegócio, divulgamos nosso primeiro relatório de Valor Compartilhado, onde divulgamos os resultados e estratégias de *Shared Value* e nossa matriz de materialidade. Com o controle da pandemia, conseguimos retornar gradativamente os atendimentos as comunidades ribeirinhas em saúde e meio ambiente, e retornamos à realização de cursos de capacitação nos municípios vizinhos através de nosso programa social corporativo Abraça Cocos. Neste mesmo período, criamos a diretoria estatutária de Gente & Gestão e Sustentabilidade, de modo a focarmos ainda mais nossos esforços em compartilhar valor e administrar nosso impacto nos stakeholders.

A expectativa para 2022 é bastante promissora. A evolução do SGSC em todas as esferas deste nos trarão mais eficiências. Em 2022, continuamos com nossos esforços de crescimento de área irrigada na fazenda Karitel, onde devemos expandir aproximadamente 20% nossa base atual de área irrigada. Os bons níveis de preço de commodities devem continuar neste ano, possibilitando preços elevados para fixação da produção. Reforçamos nosso foco em nossos colaboradores, clientes e parceiros de longo prazo, responsabilidade social e estamos cada vez mais confiantes com as oportunidades da agricultura sustentável e de alta tecnologia.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores da

SC Investimentos Agrícolas S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SC Investimentos Agrícolas S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da SC Investimentos Agrícolas S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 31 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-027666/F



Daniel Marino de Toledo

Contador CRC 1SP249851/O-8

SC Investimentos Agrícolas S.A

Balancos Patrimoniais

Em milhares de reais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	20.322	32.357	70.988	39.274
Clientes e outros recebíveis	9	142	143	41.806	30.723
Estoques	10	-	-	234.486	134.002
Ativo biológico	11	-	-	61.039	35.022
Total do circulante		20.464	32.500	408.319	239.021
Realizável a longo prazo					
Outros recebíveis	9	49	-	7.433	6.378
Ativo Fiscal Diferido	12	-	-	56.220	64.452
Total do realizável a longo prazo		49	-	63.653	70.830
Investimentos	14	809.215	728.059	76.143	71.768
Imobilizado	13	51	67	834.691	775.322
Intangível		-	-	2.053	3.473
Total do ativo não circulante		809.315	728.126	976.540	921.393
Total do ativo		829.779	760.626	1.384.859	1.160.414

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Balancos Patrimoniais

Em milhares de reais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(continuação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	15	10	-	99.588	49.571
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	144.889	88.964
Outras obrigações	17	16	6	56.305	17.105
Total do passivo circulante		26	6	300.782	155.640
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	157.805	148.096
Outras obrigações	17	-	-	1.876	1.486
Passivo fiscal diferido	12	-	-	94.358	94.358
Provisão para contingências	18	-	-	285	214
Total do passivo não circulante		-	-	254.324	244.154
Total do passivo		26	6	555.106	399.794
Patrimônio Líquido					
Capital social	22	678.152	678.152	678.152	678.152
Ajustes de avaliação patrimonial em controladas	23	289.034	289.124	289.034	289.124
Adiantamento para futuro aumento de capital	23	90.000	40.000	90.000	40.000
Prejuízos acumulados		(227.433)	(246.656)	(227.433)	(246.656)
Total do patrimônio líquido		829.753	760.620	829.753	760.620
Total do passivo e do patrimônio líquido		829.779	760.626	1.384.859	1.160.414

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

SC Investimentos Agrícolas S.A

Demonstrações de resultados

Em milhares de reais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita líquida de vendas	23	-	-	273.450	218.702
Mudança do valor justo de ativo biológico	24	-	-	28.554	32.358
Custo dos Produtos Vendidos	24	-	-	(214.547)	(222.850)
Lucro bruto		-	-	87.457	28.210
Despesas administrativas e Gerais	24	(131)	(163)	(20.840)	(17.506)
Despesas comerciais	24	-	-	(3.155)	(2.845)
Outras (despesas) receitas operacionais	25	(1.158)	(1.158)	(2.904)	(1.821)
Resultado operacional		(1.289)	(1.321)	60.558	6.038
Receitas financeiras	26	109	66	8.798	5.827
Despesas financeiras	26	(4)	(3)	(47.525)	(36.449)
Receita (despesas) financeiras líquidas		105	63	(38.727)	(30.622)
Resultado de equivalência patrimonial	14	20.316	(11.962)	5.533	3.834
Resultado antes dos impostos		19.132	(13.220)	27.364	(20.750)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	-	(8.232)	7.530
Resultado do exercício		19.132	(13.220)	19.132	(13.220)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados abrangentes

Em milhares de reais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Resultado do exercício	19.132	(13.220)	19.132	(13.220)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	19.132	(13.220)	19.132	(13.220)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial em controladas	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	630.152	33.000	289.382	(233.694)	718.840
Integralização de capital	-	55.000	-	-	55.000
Aumento de capital	48.000	(48.000)	-	-	-
Realização do custo atribuído	-	-	(258)	258	-
Resultado do exercício	-	-	-	(13.220)	(13.220)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	678.152	40.000	289.124	(246.656)	760.620
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	50.000	-	-	50.000
Realização do custo atribuído	-	-	(90)	90	-
Resultado do exercício	-	-	-	19.132	19.132
Saldos em 31 de dezembro de 2021	678.152	90.000	289.034	(227.433)	829.753

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de caixa

Em milhares de reais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	19.132	(13.220)	19.132	(13.220)
Ajustado para:				
Depreciação ativo imobilizado e direito de uso	13	16	29.947	21.805
Amortização do intangível	-	-	1.423	1.159
Amortização da mais valia de ativo imobilizado	13	1.160	1.277	1.225
Valor residual do ativo imobilizado baixados	13	-	2.952	5.214
Resultado de equivalência patrimonial	14	(20.316)	(5.534)	(3.834)
Valor presente em Venda de Bens	-	-	-	38
Consumo de ativos biológicos	11	-	211.333	217.967
Receita não faturada	-	-	(2.468)	912
Variação do Valor Justo - Ativo Biológico	11	-	(11.000)	(14.177)
Valor presente de Arrendamentos (CPC06)	17.a	-	92	141
Provisão para perda valor recuperável com clientes	9	-	(2.532)	2.384
Perda estimada dos estoques	10	-	1.458	722
Provisão para contingências	18	-	106	118
Provisão para processos trabalhistas e fiscais	-	-	42	1.587
Provisão para bônus	-	-	3.140	(1.785)
Provisão de serviços e outras despesas	-	-	230	300
IRPJ e CSLL Diferidos	12	-	8.232	(7.530)
PIS, Cofins e Funrural diferidos	-	-	524	(194)
Resultado de derivativos não liquidados	21	-	2.096	650
Recuperação de Impostos extemporâneos	26	-	(1.144)	410
Juros e variações monetárias	-	-	20.576	18.741
	(8)	(84)	279.882	232.633
Variações em:				
Contas a receber de clientes	-	-	4.068	1.275
Impostos a recuperar	(14)	(8)	(1.966)	6.409
Estoques	-	-	(101.941)	(46.788)
Outros créditos	(34)	7	(9.502)	7.587
Derivativo Fluxo de Caixa	-	-	-	(360)
Fornecedores	6	(29)	49.459	18.446
Salários, férias a pagar e prov. trabalhistas	-	-	865	(1.572)
Impostos e contribuições a recolher	-	-	2.763	69
Outras contas a pagar	15	-	32.136	(11.241)
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(27)	(30)	(24.118)	(26.175)
Juros pagos	16	-	(11.985)	(14.409)
Fluxo de caixa (utilizado nas) provenientes das atividades operacionais	(35)	(114)	243.779	192.049
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Integralização de capital em controladas	14	(62.000)	-	-
Gastos com plantio de culturas temporárias	-	-	(226.349)	(192.578)
Aquisições de intangíveis	-	-	(2)	(26)
Aquisições de imobilizado	13	-	(90.963)	(51.382)
Aplicações financeiras	-	-	-	3.756
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(62.000)	(25.000)	(317.314)	(240.230)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Amortização de empréstimos e financiamentos	16	-	(115.370)	(104.493)
Empréstimos e financiamentos tomados	16	-	172.413	68.503
Arrendamento mercantil - Passivos de arrendamento	17.a	-	(1.794)	(1.838)
Aporte de capital	-	50.000	50.000	55.000
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	50.000	55.005	105.249	17.172
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(12.035)	29.891	31.714	(31.009)
Demonstração do aumento do caixa e equivalente de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	32.357	2.466	39.274	70.283
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	20.322	32.357	70.988	39.274
	(12.035)	29.891	31.714	(31.009)
Transações que não envolveram caixa:				
Adições ao imobilizado com FINAME	20	2.474	20	2.474
Bens em Demonstração	29	-	29	-
Adições ao imobilizado em aberto com fornecedores:	1.042	1.017	1.042	1.017
Direito de uso - Arrendamento CPC 06	387	1.102	387	1.102
Transferência valores do imobilizado em andamento para o resultado	54	137	54	137

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A SC Investimentos Agrícolas S.A. “SCIA” é uma *holding*, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo-SP (SCIA, suas controladas, controladas em conjunto ou coligadas são denominadas nessas demonstrações financeiras como “Grupo”).

As operações agrícolas do Grupo são exercidas no Município de Cocos – BA e compreendem a produção e o comércio de culturas temporárias como algodão, tabaco, soja, milho e de cultura perene que é o Cacau.

O Grupo possui um total de 123.059 hectares de área disponível por meio de fazendas próprias, com declividade reduzida (menos de 6%), permitindo a mecanização da produção. Essa área é cortada pelos rios Itaguari e Caririnha, sendo que o Grupo é detentor de outorgas para a extração de água desses rios.

Foi possível o plantio de aproximadamente 18,9 mil hectares na safra 2020/2021, crescimento de 4% se comparado à safra 2019/2020:

Cultura	Área plantada (hectares)	
	2021	2020
Soja	6.207	7.661
Algodão	5.187	4.366
Tabaco	4.259	3.669
Milho	1.554	1.101
Feijão	1.044	596
Sorgo	567	654
Banana	65	65
Total	18.883	18.112

2 BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e CFC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração do Grupo.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as normas emitidas pelo CPC requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas nas notas deste relatório e referem-se a perdas estimadas em estoques, provisões para passivos contingentes, depreciações, amortizações, exaustões, perdas por redução do valor recuperável, tributos diferidos, instrumentos financeiros e ativos biológicos. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Grupo declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras do Grupo foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2021. Após sua emissão, somente os quotistas tem o poder de alterar as demonstrações financeiras.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 12.2** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e
- **Nota explicativa 21** - Instrumentos financeiros.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 11** - Determinação do valor justo dos ativos biológicos com base em dados não observáveis significativos;
- **Nota explicativa nº 12** - Mensuração de ativos e passivos fiscais diferidos;
- **Nota explicativa nº 13** - Vida útil de ativo Imobilizado; e
- **Nota explicativa nº 18** - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Grupo estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. A área de tesouraria do Grupo tem a responsabilidade de fazer a avaliação geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 e reportes à Diretoria.

O Grupo revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Diretoria do Grupo.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, O Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado;
- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

6.1 Demonstrações financeiras consolidadas

As práticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 incluem as seguintes controladas e demais investimentos avaliados pelo método de custo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Participação no capital		Sede	Atividades principais
	2021	2020		
Controlada: Consolidação integral				
Santa Colomba Agropecuária Ltda.	99,99%	99,99%	Cocos - BA, Brasil	Propriedade de fazendas e produção agrícola
Santa Colomba Cafés	99,99%	99,99%	Cocos - BA, Brasil	Propriedade de fazendas e produção agrícola
CINGREPE - Cia Ind. Agric. Pecuária	99,99%	99,99%	Cocos - BA, Brasil	Propriedade de fazendas
Primavera Empreendimentos Agrícolas Ltda	100,00%	100,00%	Cocos - BA, Brasil	Propriedade de fazendas e produção agrícola
Lagoa Empreendimentos Agrícolas Ltda	100,00%	100,00%	Cocos - BA, Brasil	Propriedade de fazendas e produção agrícola
Canguçu Empreendimentos Agrícolas Ltda	100,00%	100,00%	Cocos - BA, Brasil	Propriedade de fazendas e produção agrícola
Caraibas Empreendimentos Agrícolas Ltda	100,00%	100,00%	Cocos - BA, Brasil	Propriedade de fazendas e produção agrícola
Sumidouro Empreendimentos Agrícolas Ltda	100,00%	100,00%	Cocos - BA, Brasil	Propriedade de fazendas e produção agrícola
Veredinha Empreendimentos Agrícolas Ltda	100,00%	100,00%	Cocos - BA, Brasil	Propriedade de fazendas e produção agrícola
Joint venture : Não consolida, avaliada pelo método de equivalência patrimonial				
Ipanema Agrícola S.A	25,79%	25,79%	Alfenas - MG, Brasil	Propriedade de fazendas e produção agrícola
Ipanema Comercial Exportadora S.A	25,79%	25,79%	Alfenas - MG, Brasil	Propriedade de fazendas e produção agrícola

Controlada

Controlada é toda a entidade cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pelo Grupo e que decorre de participação que proporciona exposição ou confere direito aos retornos variáveis decorrentes do envolvimento com a entidade, bem como confere capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder exercido. A existência e o efeito de eventuais potenciais direitos de voto, que sejam exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se o Grupo controla outra entidade. A controlada é integralmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo e deixa de ser consolidada a partir da data em que o controle cessa.

Joint Venture

Joint venture ou negócio em conjunto é um negócio do qual o Grupo têm o controle em compartilhado com uma ou mais partes, sendo que nenhuma das partes controla individualmente o negócio.

As Empresas investidas controladas em conjunto (*joint venture*) são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e não são consolidadas.

6.2 Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, o investimento em controlada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são adotadas as mesmas práticas contábeis e, caso necessário, são realizados ajustes de prática contábil para harmonização dos números.

6.3 Moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo opera ("a moeda funcional").

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações, quando aplicável, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando reconhecidos no patrimônio.

As operações em moeda estrangeira do Grupo decorrem substancialmente de seu contrato com a Phillip Morris Brasil - PMB (faturamento), aquisição de insumos e peças e de instrumentos financeiros derivativos.

A taxa de câmbio do encerramento do exercício foi de R\$ 5,5799 equivalente a US\$1,00.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.4 Receita operacional

Venda de bens

As informações sobre as políticas contábeis do Grupo relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa 23.

O Grupo segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pelo Grupo, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

6.5 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de variações cambiais ativas, variações monetárias e rendimentos de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas com juros sobre empréstimos, variações cambiais e variações monetárias. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

6.6 Estoques

Os produtos agrícolas provenientes dos ativos biológicos são mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no ponto da colheita, quando são transferidas do grupo de ativo biológico para o grupo de estoques e mensurados pela média ponderada dos valores justos da colheita.

Os estoques de sementes, adubos, fertilizantes, defensivos agrícolas, combustíveis, lubrificantes, embalagens e material de acondicionamento, peças de reposição e outros estoques são registrados pelo menor valor entre o custo médio ponderado de aquisição e o valor realizável. Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídos para itens não movimentados durante o exercício e para itens específicos quando a Administração julga necessário.

6.7 Ativos biológicos e produtos agrícolas

Os ativos biológicos correspondem basicamente ao cultivo e plantio de tabaco, algodão, soja, milho e outras culturas de menor relevância, cujos produtos agrícolas são vendidos a terceiros. Por se tratarem de ativos decorrentes de culturas temporárias, com ciclos inferiores a um ano, são classificados como ativos circulantes.

Os ativos biológicos são mensurados pelo gasto do custo incorrido com a formação de safras até o ponto de transformação biológica significativa. Após o marco definido da transformação biológica significativa os Ativos Biológicos são mensurados ao valor justo menos a despesa de venda e total de custos a incorrer no final de cada período de competência.

O produto agrícola colhido de ativos biológicos é mensurado ao valor justo, menos a despesa de venda, no momento da colheita. A partir do ponto da colheita, o valor justo do produto agrícola colhido passa a ser o valor considerado como custo do produto acabado e é avaliado pelo custo médio, conforme determina o CPC16 - Estoques.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ganhos ou perdas na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem e compõem o resultado bruto em conjunto com a rubrica custo do produto vendido.

A avaliação dos ativos biológicos pelo seu valor justo considera premissas e metodologias adotadas pela Administração do Grupo e na utilização de informações internas e externas relacionadas a: produtividade, rentabilidade, custo necessário para colocação em condições de venda, preços e taxa de desconto para suas projeções de fluxos de caixa, tais como:

- **Entradas de Caixa** - obtidos pela projeção da estimativa de produtividade em relação ao preço em mercado ativo que melhor reflete ao cenário que o grupo esta inserido.
- **Custos necessários para colocação em condição de venda** - obtido por meio dos orçamentos aprovados pela administração;
- **Taxa de desconto** - calculada pela metodologia de custo médio ponderado de capital (WACC); e
- **Plano de colheita da cultura e volume de produtividade** - com base nos orçamentos aprovados pela administração.

6.8 Investimentos

O investimento em sociedade controlada é registrado e avaliado pelo método da equivalência patrimonial e foi reconhecido inicialmente pelo custo. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional nas demonstrações financeiras individuais. As variações patrimoniais da controlada relativas a outros resultados abrangentes registradas diretamente no patrimônio líquido, são registradas no patrimônio líquido da controladora de forma reflexa.

Quando necessário, as práticas contábeis da controlada são alteradas para garantir consistência e uniformidade de critérios com as práticas adotadas pelo Grupo.

O Grupo possui investimentos em *Joint Ventures* os quais seguem os mesmos princípios de registro e avaliação pelo método da equivalência patrimonial.

6.9 Imobilizado

Registrado pelo custo de histórico, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens conforme nota 13. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

O Grupo reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição, baixando o valor contábil da parte que está substituindo, se for provável que os futuros benefícios econômicos nele incorporados reverterão para o Grupo, e se o custo do ativo puder ser apurado de forma confiável. Os custos dos empréstimos são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Havendo partes de um ativo do imobilizado com vidas úteis diferentes, tais partes são

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

contabilizadas separadamente como itens do imobilizado.

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação do valor de venda deduzido do valor residual e são reconhecidos em “outras receitas/outras despesas operacionais”.

6.10 Arrendamento

Os contratos celebrados pelo Grupo, especialmente os contratos de locação são avaliados a fim de determinar se podem ser enquadrados como Arrendamento.

Um contrato é caracterizado como Arrendamento quando preenche os critérios de aluguel ou transmissão de direito de uso por tempo determinado em troca de pagamentos mensais, sendo o objeto do contrato claramente especificado.

No reconhecimento inicial, o prazo de arrendamento ou prazo não cancelável é determinado para mensurar o direito de uso e do passivo de arrendamento. O prazo do arrendamento será reavaliado pelo Grupo quando ocorrer um fato significativo ou alteração significativa nas circunstâncias que estejam no controle do arrendatário e afete o prazo não cancelável.

O Grupo determinou que faz a avaliação para todos os contratos firmados independentemente do prazo contrato ser inferior a 12 (doze) meses, sendo que, somente contratos considerados de baixo valor não são reconhecidos como Arrendamento.

O Grupo reconheceu o direito de uso e o passivo de arrendamento pelo valor presente, sendo que o direito de uso é mensurado a partir do passivo de arrendamento, custos iniciais, pagamentos adiantados, custos estimados para desmontar, remover ou restaurar. O passivo de arrendamento é reconhecido na data de início ao valor presente dos pagamentos descontados à taxa de juros implícita no arrendamento.

Para mensuração subsequente, é utilizado o método de custo ao ativo de direito de uso e aplicado, na depreciação, os requisitos do CPC 27 – Ativo Imobilizado. Para efeito de depreciação, o Grupo determina a utilização do método linear com base na vida útil remanescente dos bens ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor. Adicionalmente, será aplicado o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos a fim contabilizar quaisquer perdas por redução ao valor recuperável identificadas.

6.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização e ou depreciação, tais como ativos imobilizados, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

6.12 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

incertezas relativos à obrigação.

Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

6.13 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

6.14 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social integralmente.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

6.15 Intangível

Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos agrícolas novos) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Os gastos de desenvolvimento quando capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto agrícola, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado.

6.16 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, O Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio.

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, O Grupo considera:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Capital social

As quotas do capital social são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas quotas, quando aplicável, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

c. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos
Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo efetua uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão.

Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7 GESTÃO DE RISCOS

As atividades do Grupo estão expostas a uma variedade de riscos. A Administração classifica os riscos inerentes ao negócio nas seguintes categorias:

- **Riscos financeiros** - são os riscos decorrentes de inadequada gestão de caixa (risco de liquidez e gestão do capital), riscos de crédito e riscos de mercado (*commodities*, câmbio e juros);
- **Riscos de compliance** - refere-se às sanções legais ou regulatórias que o Grupo pode sofrer como resultado de qualquer descumprimento legal/regulamentar e inclui a avaliação dos riscos socioambientais, anticorrupção, trabalhistas e fiscais que podem causar impactos financeiros ou reputacionais para o Grupo;
- **Riscos operacionais** - são os riscos de processos (ausência de eficiência e eficácia no processamento e controle de operações, falha no fornecimento de matéria prima a clientes, ausência de gestão das obrigações contratuais de terceiros e clientes, falha na gestão da manutenção de peças e equipamentos), de pessoas (dificuldade de reter talentos nas fazendas onde o Grupo opera), de tecnologia (falta de integridade nos sistemas de informações) e de meio ambiente (recursos naturais, mudanças climáticas e desastres e pragas, doenças e contaminações); e
- **Riscos estratégicos:** relacionados aos eventos internos ou externos que comprometam de alguma forma a reputação, a sustentabilidade e o plano de longo prazo do Grupo. São os riscos decorrentes da falta de capacidade do Grupo em dar resposta a mudanças que possam interromper o alcance de objetivos estratégicos estabelecidos, especialmente ligados a ausência de governança (descumprimento de regras internas ou legislações, fraude e conflito de interesses), da inadequada gestão do modelo de negócio e de fatores externos (concorrência e mercado, cenário econômico e política pública).

7.1 Riscos financeiros

As atividades do Grupo a expõe a diversos riscos financeiros, que incluem risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros e risco de preço *commodities*), risco de crédito e risco de liquidez e gestão do capital.

Risco de preços de commodities e moedas

As receitas de vendas do Grupo são geradas principalmente pela comercialização de *commodities* agrícolas como soja e milho, produtos que possuem sua cotação relacionada ao dólar nas bolsas nacionais e internacionais (BM&F, *Chicago Board of Trade - CBOT* e *Intercontinental Exchange Futures US - ICE*). Desta forma, a volatilidade do preço internacional da *commodity* e da taxa de câmbio são riscos de mercado a que o Grupo está exposto. Os preços flutuam em função da demanda global por esses produtos, produtividade e produção dos principais produtores agrícolas mundiais, estoque dos produtores globais de alimentos e combustíveis e de suas estratégias comerciais. Uma parcela dos custos relativa a certos insumos também possui essa mesma característica, criando em certa medida um *hedge* natural.

O Grupo monitora e reporta mensalmente aos acionistas o comportamento dos preços de mercado e câmbio e discute estratégias para buscar proteção contra esses riscos quando entende que possa haver deterioração de cenário e consequente impacto na posição financeira do Grupo.

São realizadas vendas antecipadas diretamente com os clientes com entrega física futura. O Grupo também tem como prática realizar operações de *Barter* com fornecedores de insumos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(compra de insumo para pagamento com o produto agrícola) para fixar parte de seu preço de venda durante o período de plantio de determinadas safras.

Atualmente o Grupo possui posição vendida em dólares por meio de NDF (*Non Deliverable Forward*) para cobrir os riscos cambiais de parcela de seu faturamento de tabaco esperado para a próxima safra e uma posição de Swap para operação de custeio da safra de algodão.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros de empréstimos e financiamentos contratados com taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de fluxo de caixa. Aqueles contratados com taxas fixas expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco que o Grupo incorre em perdas decorrentes de um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro devido à falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

O risco de crédito de clientes é administrado por meio da análise de crédito na aceitação de clientes e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Parcela substancial das vendas do Grupo é realizada para grandes *tradings companies* que adquirem grandes volumes para garantia de negociação local e internacional e normalmente são realizadas na modalidade à vista. No caso do contrato de longo prazo com a Phillip Morris Brasil - PMB, parcela substancial das vendas é recebida antecipadamente.

O risco de contraparte dos ativos financeiros mantidos com bancos é mitigado na medida em que o Grupo procurou operar com instituições de primeira linha, sem concentrar operações em apenas uma instituição financeira.

O risco máximo de crédito está representado substancialmente pelos saldos contábeis de bancos e contas a receber de clientes. Historicamente, o Grupo não registrou perdas significativas nas contas a receber de clientes ou em instrumentos financeiros.

Risco de liquidez e gestão do capital

É o risco de o Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria por meio de fluxos de caixa diários. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos são apresentados na nota 16.

Apresentamos abaixo os vencimentos de passivos financeiros:

	Consolidado				Total
	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 5 anos	mais de 5 anos	
Fornecedores	99.588	-	-	-	99.588
Empréstimos e financiamentos	144.889	81.910	70.003	5.892	302.694
Outras obrigações	56.305	1.876	-	-	58.181
Total	300.782	83.786	70.003	5.892	460.463

O Grupo administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas do país, de acordo com as decisões e debates mantidos com o Conselho de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Administração. O Grupo mantém um saldo mínimo de caixa de modo a evitar que a ocorrência de descasamento em seu fluxo de caixa afete sua capacidade de pagamento por pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de *commodities*.

7.2 Riscos de compliance

O Grupo está sujeito às leis e regulamentos pertinentes às atividades em que opera. Em relação ao meio ambiente, o Grupo mantém práticas que visam o cumprimento das leis ambientais. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos. A captação de água para abastecimento dos pivôs de irrigação é realizada a partir de outorgas e obedece à legislação ambiental de cada localidade. Nesse contexto, o Grupo busca conservar suas áreas protegidas na forma de reservas legais e áreas de preservação permanente, por meio de proteção, manejo e integração, buscando também minimizar as pressões externas e os fatores de degradação que possam estar atuando sobre esses fragmentos.

O Grupo também mantém sistemas e controles que visam garantir aderência às legislações fiscais, trabalhistas e anticorrupção.

7.3 Riscos operacionais

As atividades operacionais do Grupo estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios e outras forças naturais. O Grupo tem práticas e recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções físicas regulares.

8 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	2	2	6.166	5.671
Aplicações financeiras	20.320	32.355	64.822	33.603
	20.322	32.357	70.988	39.274

O saldo de caixa e bancos compreende os depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato provenientes de aporte de capital dos quotistas, adiantamento de clientes e empréstimos e financiamentos obtidos.

A elevação do saldo em relação ao ano anterior é decorrente do aporte dos quotistas para futuro aumento de capital para realização da estratégia de expansão e do fluxo normal das operações do Grupo e suas controladas.

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) com rentabilidade média de 100% do CDI (101% do CDI em 2020).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contas a receber de clientes (a)	-	-	13.095	18.621
Outros recebíveis				
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	11.313	2.409
Mútuo Santa Colomba Cafés (b)	-	-	-	-
Impostos a recuperar (b)	142	127	16.299	13.783
Outros créditos	49	17	558	284
Seguros	-	-	257	273
Receita a faturar	-	-	2.468	-
Aplicações financeiras (c)	-	-	4.949	4.410
	191	143	48.939	39.780
Provisão para perdas de créditos esperadas	-	-	(211)	(2.652)
Ajuste de valor presente	-	-	(136)	(27)
	191	143	48.592	37.101
Partes relacionadas	-	-	647	-
	191	143	49.239	37.101
Apresentados no ativo:				
Circulante	142	143	41.806	30.723
Não circulante	49	-	7.433	6.378

- (a) O saldo em aberto na conta de clientes é composto substancialmente pela receita de algodão a prazo e milho no total de R\$ 7.835. O *Aging List* da composição do saldo das contas a receber com clientes é apresentado da seguinte forma:

	Consolidado	
	2021	2020
A vencer	2.921	14.063
Vencidos até 30 dias	3.356	876
Vencidos até 90 dias	287	19
Vencidos até 180 dias	4.332	959
Vencidos acima de 180 dias	2.199	2.704
Total Geral	13.095	18.621

O Grupo avaliou 100% da sua carteira de títulos de acordo com o CPC47/ IFRS 9 e fez as análises da expectativa de recebimento de todos os títulos em aberto independentemente da sua classificação *em Aging List*. Em 2021 o Grupo avaliou o risco de crédito no valor de R\$ 211 (R\$ 2.652 em 2020). A variação do saldo de 2020 para 2021 deve-se principalmente ao recebimento dos títulos no exercício considerados como risco de não recebimento.

- (b) Nesta rubrica o Grupo possui saldo de créditos de ICMS no montante de R\$ 9.785 (R\$ 7.475 em 2020) e R\$ 4.734 (3.627 em 2020) de créditos de PIS e Cofins do período e sobre aquisição de ativo imobilizado.
- (c) As aplicações financeiras possuem a finalidade de garantir as operações de empréstimos e financiamentos, cujas operações normalmente são liquidadas em um período maior do que 90 dias, motivo pelo qual não são consideradas como caixa e equivalente de caixa. Possuem rendimentos médio de 99% do CDI a.a. (99% do CDI a.a. em 2020).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10 ESTOQUES

	Consolidado	
	2021	2020
Sementes e Insumos	87.925	62.717
Produtos agrícolas	132.428	62.475
Material de consumo	16.608	9.916
(-) Perdas estimadas - obsolescência	(2.475)	(1.106)
	234.486	134.002

A elevação dos saldos dos estoques de Sementes e Insumos Agrícolas decorre do crescimento da operação do Grupo para a safra 2021/2022 em função da expansão da cultura do algodão e soja.

Os produtos agrícolas em 31 de dezembro de 2021 estão representados por algodão e tabaco colhidos e não faturados. Os valores apresentados estão apresentados com marcação ao valor justo no momento da colheita (CPC29) que totalizam em 2021 ajuste positivo de R\$ 50.102 (em 2020, ajuste positivo de R\$ 16.861). Seus valores de venda a mercado são superiores aos valores contábeis.

O saldo de Material de Consumo é decorrente da aquisição de estoque de segurança para máquinas e equipamentos agrícolas para a operação tabaco, algodão e grãos.

A provisão para perdas com obsolescência é basicamente materiais que não foram movimentados nos últimos 360 dias.

11 ATIVOS BIOLÓGICOS

A movimentação dos ativos biológicos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 por cultura é apresentada a seguir:

	Consolidado						Total
	Tabaco	Soja	Milho	Feijão	Algodão	Outras Culturas	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.161	26.485	5.175	-	1.257	2.156	46.234
Gastos com plantio	74.867	42.579	9.840	2.436	56.771	6.085	192.578
Variações no valor justo	8.367	-	5.810	-	-	-	14.177
Colheita no exercício	(86.723)	(49.375)	(20.826)	(2.180)	(53.152)	(5.711)	(217.967)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.672	19.689	(1)	256	4.876	2.530	35.022
Gastos com plantio	84.327	48.782	15.181	7.687	72.260	358	228.595
Variações no valor justo	2.356	4.206	(590)	-	-	-	5.972
Colheita no exercício	(84.624)	(36.543)	(8.852)	(7.944)	(68.287)	(2.300)	(208.550)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.731	36.134	5.738	-	8.849	588	61.039

Os gastos com plantio são substancialmente decorrentes de aplicação de sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, depreciações e mão de obra aplicada nas culturas, de acordo com os apontamentos realizados em campo.

O ajuste ao valor justo das culturas foi calculado considerando a diferença entre o custo incorrido e o valor estimado de mercado dos ativos biológicos. Apresentamos na tabela abaixo as principais premissas dessa avaliação ao valor justo dos ativos biológicos que em 2021 tiveram o estágio de maturação esperado para atendimentos aos requisitos conforme itens 24 e 30 do CPC 29:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Premissas	Fonte	Unidade	2021			2020	
			Tabaco ¹	Milho	Soja	Tabaco ¹	Algodão
Preço médio líquido	Mercado Ativo	R\$/Saca	23,90	75,09	155,82	19,84	8,82
Produtividade	Orçamento	Sacas	2.700	160	66,00	3.000	1.735
Área plantada da safra	Realizado / Orçado	Hectares	5.187	1.554	6.207	3.669	4.366
Período da cultura	Realizado / Orçado	Data	Jan/21 - Dez/21	Fev/21 - Dez/21	Mai/21 - Jun/22	Jan/20 - Dez/20	Dez/19 - Ago/20
Taxa de desconto	WA CC calculado	%	8,25%	8,25%	8,25%	5,20%	5,20%

1 - O preço médio do tabaco considera os valores estimados com base em contrato em função de não haver mercado ativo. A produtividade e o preço são apresentados em kg/hectare e R\$/hectare.

12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

12.1 Reconciliação da alíquota efetiva

	Controladora	
	2021	2020
Resultado antes do Imposto de Renda	19.132	(13.220)
Alíquota	34%	34%
IR/CSLL pela alíquota fiscal combinada	(6.505)	4.495

Ajustes para refletir a alíquota efetiva:

Resultado de Equivalência Patrimonial	6.907	(4.067)
Outras exclusões (adições) permanentes	(403)	(428)
IRPJ/ CSLL no Resultado do Exercício	-	-
Alíquota efetiva	0%	0%

	Consolidado	
	2021	2020
Resultado antes do Imposto de Renda	27.364	(20.750)
Alíquota	34%	34%
IR/CSLL pela alíquota fiscal combinada	(9.304)	7.055

Ajustes para refletir a alíquota efetiva:

Resultado de equivalência patrimonial	1.882	1.303
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido	(4)	111
Amortização mais valia das Ipanemas	(394)	(394)
Outras exclusões (adições) permanentes	(412)	(545)
IRPJ/ CSLL no Resultado do Exercício	(8.232)	7.530
Alíquota efetiva	30%	36%

A reconciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social com o imposto calculado por sua alíquota nominal é apresentada abaixo:

12.2 Movimentação dos saldos dos impostos diferidos

As movimentações ocorridas estão demonstradas abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo Inicial 2020	Movimentação Resultado	Consolidado Saldo Final 2021
Prejuízos fiscais de imposto de renda	91.946	24	91.970
Bases negativas de contribuição social	33.101	8	33.109
Provisão Estoques Obsoletos	376	465	841
Receita não faturada liq. Impostos	(244)	(416)	(660)
Derivativos	123	712	835
Outras Provisões	386	1.074	1.460
Ativo Biológico	(7.461)	(9.708)	(17.169)
Perda Valor Recuperável	933	(861)	72
Mais Valia de Bens	(148.944)	46	(148.898)
Leasing de Máquinas e Implementos	(87)	42	(45)
Direito de uso (Arrendamento)	(364)	366	2
AVP Clientes e Outros Créditos	49	94	143
Provisão para Contingências e Acordos Judiciais	280	(78)	202
	(29.906)	(8.232)	(38.138)
Apresentado no:			
Ativo	64.452		56.220
Passivo	(94.358)		(94.358)

Teste de *impairment* dos créditos diferidos de prejuízos fiscais

A Administração preparou um estudo para demonstrar a geração de resultados futuros tributáveis com os quais se espera que os créditos atualmente registrados no balanço sejam compensados.

O teste foi realizado considerando-se apenas as projeções das empresas controladas operacionais, uma vez que as empresas não operacionais possuem créditos relevantes para fins desse teste. O estudo para os próximos 10 anos foi preparado com base no modelo financeiro de longo prazo o Grupo e considera cenários que variam em função de diferentes premissas macroeconômicas e operacionais.

Dessa forma, considerando os resultados do estudo realizado, o qual indica que é provável a existência de lucro tributável para utilização do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais reconhecidos em 31 de dezembro de 2021, não foi necessário o reconhecimento de perdas por *impairment*.

13 IMOBILIZADO

A movimentação dos saldos dos ativos imobilizados do Grupo em 2020 e 2021 estão apresentadas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado									
	Terras	Culturas Permanentes e Preparo de Solo	Sistemas de Irrigação, Elétricos e de Comunicação	Máquinas e Equipamentos	Edifícios, Estradas e Acessos	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizações em Andamento	Outros	Total
Custo em 31 de dezembro de 2019	455.441	32.838	187.547	68.620	27.889	5.399	3.077	55.949	2.342	839.102
Depreciação acumulada em 31 de dezembro de 2019	-	(23.118)	(35.909)	(25.118)	(4.336)	(4.369)	(1.555)	-	(83)	(95.238)
Direito de uso 31 de dezembro de 2019	-	-	-	781	836	2.351	-	-	-	3.968
Direito de uso-Deprec Acum 31 dezembro de 2019	-	-	-	(338)	(296)	(929)	-	-	-	(1.563)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	455.441	9.720	151.638	43.945	24.093	2.452	1.522	55.949	1.509	746.269
Aquisições	-	-	68	6.983	1.183	-	497	46.023	-	54.754
Depreciação	-	(2.599)	(8.887)	(6.670)	(1.201)	(191)	(330)	-	(157)	(19.995)
Direito de uso - Aquisições	-	-	-	323	875	2.237	-	-	-	3.435
Direito de uso - Depreciação	-	-	-	(291)	(344)	(1.174)	-	-	-	(1.809)
Direito de uso - Baixa (líquida)	-	-	-	-	(621)	(1.423)	-	-	-	(2.044)
Direito de uso - Outros	-	-	-	(146)	(11)	-	-	-	-	(157)
Transferências entre categorias de ativos custo	-	36.186	8.295	15.938	2.876	-	-	(63.345)	50	-
Baixas líquidas de depreciação (alienação e sinistro)	-	-	(1.591)	(2.801)	(33)	(348)	(2)	(284)	(10)	(5.099)
Outros	-	-	(47)	(6)	-	-	-	(9)	-	(62)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	455.441	43.347	149.476	57.275	26.817	1.553	1.687	38.334	1.392	775.322
Custo	455.441	67.456	192.854	84.126	31.921	4.808	3.568	38.334	2.370	880.878
Depreciação	-	(24.109)	(43.378)	(27.180)	(5.544)	(4.318)	(1.882)	-	(978)	(107.388)
Direito de uso	-	-	-	883	877	2.237	-	-	-	3.997
Direito de uso - Depreciação	-	-	-	(554)	(437)	(1.174)	-	-	-	(2.165)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	455.441	43.347	149.476	57.275	26.817	1.553	1.687	38.334	1.392	775.322

	Consolidado									
	Terras	Culturas Permanentes e Preparo de Solo	Sistemas de Irrigação, Elétricos e de Comunicação	Máquinas e Equipamentos	Edifícios, Estradas e Acessos	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizações em Andamento	Outros	Total
Custo em 31 de dezembro de 2020	455.441	67.456	192.855	84.127	31.921	4.809	3.568	38.332	2.369	880.878
Depreciação acumulada em 31 de dezembro de 2020	-	(24.108)	(43.378)	(27.180)	(5.544)	(4.318)	(1.882)	-	(978)	(107.388)
Direito de uso 31 de dezembro de 2020	-	-	-	883	877	2.237	-	-	-	3.997
Direito de uso-Deprec Acum 31 dezembro de 2020	-	-	-	(554)	(437)	(1.174)	-	-	-	(2.165)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	455.441	43.348	149.477	57.276	26.817	1.554	1.686	38.332	1.391,00	775.322
Aquisições	-	4.816	1.007	9.231	470	122,00	1.232	75.122	-	92.000
Depreciação	-	(8.603)	(9.405)	(8.134)	(1.552)	(325)	(337)	-	(125)	(28.481)
Direito de uso - Aquisições	-	-	-	271	20	99	-	-	-	390
Direito de uso - Depreciação	-	-	-	(344)	(162)	(1.079)	-	-	-	(1.585)
Direito de uso - Baixa (líquida)	-	-	-	(3)	-	-	-	-	-	(3)
Direito de uso - Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências para Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências entre categorias de ativos custo	-	1.934,00	1.212,00	2.932	3.419	-	-	9.497,00	-	-
Transferências entre categorias de ativos depreciação	-	-	-	(990)	-	990	-	-	-	-
Baixas líquidas de depreciação (alienação e sinistro)	-	(1.990)	-	(891)	-	-	-	(71)	-	(2.952)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	455.441	39.505	142.291	59.348	29.012	1.361	2.581	103.886	1.266	834.691
Custo	455.441	70.887	193.018	94.180	35.810	4.931	4.800	103.886	2.369	965.322
Depreciação	-	(31.382)	(50.727)	(35.085)	(7.096)	(3.652)	(2.219)	-	(1.103)	(131.264)
Direito de uso	-	-	-	1.146	897	2.336	-	-	-	4.379
Direito de uso - Depreciação	-	-	-	(893)	(599)	(2.254)	-	-	-	(3.746)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	455.441	39.505	142.291	59.348	29.012	1.361	2.581	103.886	1.266	834.691

O aumento do saldo da rubrica Imobilizado em Andamento deve-se principalmente a:

Consolidado	
Sistema de irrigação	38.285
Abertura de área e Preparo de Solo	20.366
Edificações	14.690
Outros ativos	1.781
Total	75.122

Em 2021 os investimentos em ativo imobilizado tiveram foco na expansão de área agricultável irrigada e em sequeiro e no aumento da capacidade produtiva, sendo os principais valores referente à aplicação de fertilizantes e outros custo de horas trabalhadas de máquinas próprias e operadas por terceiros.

Destacamos a aquisição e instalação de 16 pivôs de irrigação nos gastos de sistema de irrigação que estarão disponíveis para uso na safra do próximo exercício.

Vidas úteis

O Grupo revisou as vidas úteis de seus ativos em 2021 e concluiu que em função da baixa idade dos ativos, não era necessária alteração em relação aos valores utilizados em 2020. As vidas úteis utilizadas para o cálculo da depreciação são apresentadas abaixo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Vida útil (em anos)	
	2021	2020
Máquinas e equipamentos	3 a 33	3 a 33
Edifícios	4 a 50	4 a 50
Sistema de irrigação	8 a 25	8 a 25
Móveis e utensílios	3 a 14	3 a 14
Equipamentos de informática	5	5
Veículos	3 a 9	3 a 9

Teste de *impairment* de ativos imobilizados

O CPC 01 determina que o Grupo deve avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo. As operações do Grupo vêm apresentando consecutivos prejuízos em função de estar em fase de implementação e maturação dos projetos, conforme descrito na nota 1. Desta forma, a Administração procedeu com o teste de *impairment* para verificar o valor recuperável dos ativos em relação ao seu valor contábil.

Ao elaborar esse estudo, o Grupo levou em consideração o portfólio de produtos agrícolas e a forma como a operação agrícola é desenvolvida. Pelo fato da base de ativos de irrigação e terras serem utilizadas em diversas culturas pelo método de rotatividade, a Administração determinou que o Grupo possui uma única unidade geradora de caixa (UGC).

O valor recuperável da UGC foi determinado pelo valor em uso do grupo de ativos imobilizados do Grupo, com base nas projeções de fluxos de caixa descontados projetados para os próximos exercícios e baseados nos orçamentos aprovados pela administração, bem como na utilização de premissas e julgamentos relacionados à taxa de crescimento das receitas, custos e despesas, taxa de desconto e capital de giro, bem como premissas macroeconômicas observáveis no mercado.

Com base nas análises efetuadas pela Administração, não foi necessário o registro de perdas por *impairment* do saldo do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

14 INVESTIMENTOS

Os saldos do balanço patrimonial e demonstração de resultado das empresas investidas do Grupo estão demonstrados a seguir e refere-se a 100% dos resultados das empresas.

a) Participação direta em empresas controladas:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas	31/12/2021						
	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Despesas
Santa Colomba Agropecuária Ltda.	361.455	604.994	299.457	177.695	489.297	293.930	(284.975)
Santa Colomba Cafés	26.959	69.463	2.663	49	93.710	17.841	(11.973)
Primavera Empreendimentos Agrícolas Ltda	38	36.751	-	12.481	24.308	-	(3)
Lagoa Empreendimentos Agrícolas Ltda	50	30.094	-	10.217	19.927	-	(4)
Canguçu Empreendimentos Agrícolas Ltda	333	58.238	179	19.719	38.673	1	(15)
Carabas Empreendimentos Agrícolas Ltda	56	35.449	-	12.028	23.477	-	(4)
Sumidouro Empreendimentos Agrícolas Ltda	309	42.988	-	14.560	28.737	1	(15)
Veredinha Empreendimentos Agrícolas Ltda	202	22.319	-	7.576	14.945	5	(8)
	389.402	900.296	302.299	254.325	733.074	311.778	(296.997)

Empresas	31/12/2020						
	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Despesas
Santa Colomba Agropecuária Ltda.	194.658	548.074	156.746	167.646	418.340	252.900	(269.516)
Santa Colomba Cafés	16.001	75.644	3.680	123	87.842	14.051	(13.655)
Primavera Empreendimentos Agrícolas Ltda	41	36.751	-	12.481	24.311	-	(3)
Lagoa Empreendimentos Agrícolas Ltda	54	30.094	-	10.217	19.930	-	(3)
Canguçu Empreendimentos Agrícolas Ltda	337	58.238	169	19.719	38.687	332	(173)
Carabas Empreendimentos Agrícolas Ltda	60	35.449	-	12.028	23.482	-	(3)
Sumidouro Empreendimentos Agrícolas Ltda	323	42.988	-	14.560	28.751	299	(19)
Veredinha Empreendimentos Agrícolas Ltda	205	22.319	-	7.576	14.948	3	(8)
	211.679	849.557	160.595	244.350	656.291	267.585	(283.380)

Investimentos em controladas em conjunto (*joint ventures*):

Empresas	31/12/2021						
	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Despesas
Ipanema Agrícola S.A	221.828	184.670	76.366	157.538	172.595	207.316	(173.845)
Ipanema Comercial Exportadora S.A	22.246	2.335	4.546	2.570	17.466	64.970	(66.438)
	244.074	187.005	80.912	160.108	190.061	272.286	(240.283)

Empresas	31/12/2020						
	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Despesas
Ipanema Agrícola S.A	106.307	166.315	53.290	76.571	142.761	129.528	(116.420)
Ipanema Comercial Exportadora S.A	33.242	1.456	15.130	633	18.935	89.002	(87.239)
	139.549	167.771	68.420	77.204	161.696	218.530	(203.659)

b) Movimentação dos investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto:

	2021		2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo inicial dos investimentos		728.059		716.179
Adiantamento para futuro aumento de capital		62.000		25.000
Resultado de equivalência patrimonial - Controladas		14.783		(15.796)
Resultado de equivalência patrimonial - <i>Joint venture</i>		5.533		3.834
(-) Amortização da mais valia		(1.160)		(1.158)
Saldo final dos investimentos		809.215		728.059

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15 FORNECEDORES

Os saldos de fornecedores são apresentados no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores de insumos	-	-	84.470	39.865
Fornecedores de materiais e outros	-	-	8.019	5.503
Fornecedores de ativo imobilizado	-	-	1.042	1.017
Fornecedores de energia elétrica	-	-	2.997	1.305
Outros fornecedores	10	-	3.060	1.881
	10	-	99.588	49.571

A elevação dos saldos dos fornecedores decorre do crescimento da operação do Grupo no exercício de 2021, sendo os principais itens adquiridos sementes e insumos para safra 2021/2022 e aquisição de peças para estoques de segurança mínima para reparos e manutenção de maquinário agrícola.

16 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A posição dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é apresentada a seguir:

	Taxa de juros anual	Consolidado	
		2021	2020
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	CDI + 2,1%	75.038	99.139
Cédula de Créditos Bancários	CDI + 3,02% a 9,0%	45.974	67.690
FINAME	CDI + 3,05% a 7,5%	29.887	11.918
Cédula Rural Hipotecária	5,30%	13.090	16.129
Cédula de Produto Rural Financeira	2,8 a 6%	138.705	42.184
		302.694	237.060
Circulante		144.889	88.964
Não circulante		157.805	148.096

Vencimento dos empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2021, o principal atualizado de juros e correção monetária dos empréstimos e financiamentos apresenta a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
2021	-	88.964
2022	144.889	72.044
2023	81.910	36.274
2024	26.145	8.687
2025	21.929	5.347
2026	21.929	13.549
2027	5.892	12.195
	302.694	237.060

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Saldo inicial	237.060	266.244
Captações	172.413	70.977
Provisão de encargos	20.576	18.741
Amortização do principal	(115.370)	(104.493)
Pagamentos de encargos	(11.985)	(14.409)
Saldo final	302.694	237.060

Captações

Apresentamos a seguir a composição das captações no exercício:

Modalidade	Instituição	Finalidade	Início	Vencimento	Montante
Cédula de Produto Rural Financeira	Banco do Brasil	Capital de Giro	jan/2021	jan/2022	2.900
Cédula de Produto Rural Financeira	Itaú	Sorgo da safra 2021/2022	jan/2021	jan/2022	10.000
Cédula de Produto Rural Financeira	BNB	Custeio Algodão 2021/2022	mar/2021	dez/2021	10.000
FINAME	Banco do Brasil	Custeio Algodão 2021/2022	mai/2021	mai/2022	5.000
Cédula de Produto Rural Financeira	Itaú	Custeio Soja (2.300 ha)	jun/2021	set/2021	9.177
Cédula de Produto Rural Financeira	Itaú	Custeio Soja 2021/2026	jul/2021	jul/2026	20.000
Cédula de Produto Rural Financeira	Itaú	Custeio Soja 2021/2023	jul/2021	jan/2023	60.000
FINAME	Banco do Brasil	Custeio Algodão 2021/2022	set/2021	ago/2022	30.000
Cédula de Produto Rural Financeira	Itaú	Custeio Algodão (1004 ha)	set/2021	out/2022	11.336
Total					172.413

O total do Certificado de Recebíveis Agrícolas – CRA - e financiamento para custeio do banco Itaú estão apresentados líquido dos custos de transação.

O Grupo possui contratos de empréstimos e financiamentos que estabelecem obrigações contratuais com a necessidade de manutenção de certos índices financeiros e operacionais.

17 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Adiantamentos de clientes	-	-	38.409	4.050
Obrigações trabalhistas	-	-	6.373	5.508
Outras contas a pagar	-	5	1.133	2.635
Arrendamento	-	-	588	1.900
Obrigações tributárias	1	1	4.017	2.705
Outras provisões	17	-	4.259	1.011
Compra de terras	-	-	422	422
Instrumentos financeiros (Nota 21)	-	-	2.456	360
Impostos e contribuições a recolher	-	-	524	-
	18	6	58.181	18.591
Apresentados no:				
Circulante	18	6	56.305	17.105
Não circulante	-	-	1.876	1.486

A principal variação ocorreu na rubrica de adiantamentos de clientes devido o Grupo ter recebido adiantamentos para venda de algodão e caroço de algodão no valor de R\$ 18.717, soja de R\$ 10.000, tabaco de R\$ 5.341 e milho de R\$ 2.030. O saldo de R\$ 4.050 em 2020 foi faturado integralmente no curso do ano de 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.a) PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

Os passivos de arrendamento são apresentados na demonstração financeira:

	Passivo de arrendamento	AVP Arrendamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.514	(115)	2.400
Novos contratos em 2020	1.244	(106)	1.138
Amortização em 2020	(1.742)	104	(1.638)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.016	(117)	1.900
Novos contratos em 2021	424	(34)	390
Amortização em 2021	(1.794)	92	(1.702)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	646	(59)	588
Apresentado no:			
Circulante			312
Não circulante			276

O Grupo adotou o CPC 06 (R2)/ IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019 e utilizou a abordagem retrospectiva simplificada que não requer apresentação de saldos comparativos. Como resultado a adoção o Grupo alterou a política contábil para os contratos de arrendamentos.

O Grupo possui contratos que preenchem as características de direito de uso e registrou passivo de arrendamento para: locação de seu escritório administrativo, equipamentos de informática e de veículos.

O valor presente das obrigações futuras foi mensurado utilizando uma taxa de juros incremental, uma vez que, não havia nenhuma taxa de juros implícita no contrato de arrendamento. Assim, a taxa de juros usada foi de 8,25% ao ano, correspondente à média ponderada dos empréstimos captados pelo grupo até dezembro de 2021.

18 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências foram avaliadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos internos e externos.

As provisões para contingências foram avaliadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos internos e externos.

No ano de 2021, o Grupo registrou a provisão para contingências trabalhistas no total de R\$ 285 (R\$ 214 em 2020) em que o Grupo figura como réu considerado risco de perda provável. Abaixo apresentamos a movimentação da provisão no exercício:

Provisão em 2020	214
Pagamentos de processos trabalhistas	(35)
Reversão de provisão de processos trabalhistas	(179)
Provisão processos administrativos	285
Saldo da provisão em 2021	285

O Grupo figura como ré em outros processos judiciais de natureza ambientais, fiscais e trabalhistas que foram avaliados pelos assessores jurídicos externos com probabilidade de perda possível.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor estimado dos processos classificados como perdas possíveis em 31 de dezembro 2021 é de R\$ 19.458 (R\$ 13.934 em 2020) no consolidado. De acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Grupo, esses processos não são objeto de provisão contábil.

19 PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na nota 1, a SCIA é controlada pela pessoa física do Sr. Fernando Antonio Botelho Prado, sendo que os demais acionistas pessoa física figuram com menos de 5% de participação cada um no percentual total de participação de 12%.

Fazem parte do grupo econômico da SCIA - SC Investimentos Agrícolas S.A. ou estão ligadas aos acionistas e familiares as seguintes empresas:

Companhias	Atividades
Calmasa Calcário Mambai S.A.	Produção e comércio de calcário
Associação Maria da Glória Pró-Cerrado	Trabalho beneficiante na região do cerrado baiano

As transações e saldos com essas partes relacionadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020, quando existiu, são resumidos na tabela abaixo:

	Consolidado				
	Ativo		Passivo		Resultado
	2021	2020	2021	2020	2021
Calmasa Calcário Mambai S/A	647	441	-	-	-
	647	441	-	-	-

Pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades do Grupo inclui os diretores estatutários. Abaixo seguem as informações sobre a despesa reconhecida com a remuneração em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Salários	2.404	2.810
Bonificações	1.390	-
Benefícios de curto prazo	354	354
Contribuições previdenciárias e sociais	481	562
Total	4.629	3.727

O Grupo não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo bem como remunerações baseadas em instrumentos patrimoniais de emissão pelas empresas do Grupo ou de seus quotistas controladores.

20 GARANTIAS PRESTADAS

O Grupo como garantia de certas operações fornece hipotecas, alienações fiduciárias ou parcela de sua safra. A posição das garantias prestadas em 31 de dezembro de 2021 é apresentada a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operação	Vencimento	Saldo das operações	
		com garantias	Tipo de garantia
Empréstimos	2021 a 2027	45.974	Hipotecas de fazendas próprias, perfazendo uma área de 25,064 mil hectares.
Custeio de safra - Banco Itaú e BNB	2021 a 2024	148.837	Para o banco BNB há hipotecas de terras próprias perfazendo uma área de 13,326 mil hectares. Para o banco Itaú há garantias de CCB (cédula de crédito bancário) com uma área de 28,142 mil hectares de terras próprias.
Finame - Banco John Deere	2024 a 2026	9.569	Hipotecas de fazendas próprias e Alienações Fiduciárias de máquinas e equipamentos, perfazendo uma área de 3,743 mil hectares.
C.R.A.	2023	75.038	Hipoteca de fazendas próprias, perfazendo uma área de 20,251 mil hectares e cessão fundiária da totalidade do contrato para plantio, colheita, cura, compra e venda de tabaco e outras avenças com a PMB
Contrato de venda de tabaco	2025	N/A	Hipotecas de fazendas próprias, perfazendo uma área de 14,767 mil hectares.
Contrato de barter - insumos	2023	8.160	Cédula de produtor rural (CPR) com garantias de 2.481 hectares e cessão de crédito.

21 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Grupo opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

A identificação dos riscos financeiros e descrição das políticas de gestão de riscos constam da nota 6.16.

Classificação dos instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias. Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pelo Grupo e suas controladas e operações em conjunto estão apresentados e classificados conforme a seguir:

31 de dezembro de 2021	Nota	Valor contábil				Consolidado		
		VJR - Outros	Ativos a custo amortizado	Outros passivos	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	6.166	-	6.166	-	-	-
Aplicações financeiras	9	69.771	-	-	69.771	-	69.771	-
Contas a receber de clientes	10	-	13.095	-	13.095	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	10	2.468	-	-	2.468	-	2.468	-
Total		72.239	19.261	-	91.500	-	72.239	-
Passivos								
Fornecedores	16	-	-	99.588	99.588	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	302.694	302.694	-	302.694	-
Outras contas a pagar	18	-	-	1.133	1.133	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	18	2.456	-	-	2.456	-	2.456	-
Total		2.456	-	403.415	405.871	-	305.150	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

31 de dezembro de 2020	Nota	Valor contábil				Consolidado		
		VJR - Outros	Ativos a custo amortizado	Outros passivos	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	5.671	-	5.671	-	-	-
Aplicações financeiras	9	38.013	-	-	38.013	-	38.013	-
Contas a receber de clientes	10	-	18.621	-	18.621	-	-	-
Outros créditos	10	-	284	-	284	-	-	-
Total		38.013	24.576	-	62.589	-	38.013	-
Passivos								
Fornecedores	16	-	-	49.571	49.571	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	237.060	237.060	-	237.060	-
Outras contas a pagar	18	-	-	2.635	2.635	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	18	360	-	-	360	-	360	-
Total		360	-	289.266	289.626	-	237.420	-

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão registrados no ativo e passivo circulante e não circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados como receita e despesa financeira respectivamente.

Os valores estão contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, que são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis, exceto os valores abaixo.

Instrumentos financeiros derivativos

Conforme descrito na nota 6.16, a controlada SCA vendeu dólar no futuro por meio de NDF para proteção de sua exposição ao dólar norte americano em parcela do faturamento previsto e das aquisições de insumos com indexação em moeda estrangeira e contratou Swap para proteção de financiamento para custeio de algodão. A tabela a seguir resume as características da posição em 31 de dezembro de 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora e Consolidado

NDF em 2021

Contraparte	Contratante	Início	Vencimento	Moeda	Valor Ncional (em USD mil)	Taxa Contratada	Valor Justo
Itaú	SCA	03/08/2020	31/03/2022	USD	100	5,420000	(19)
Itaú	SCA	03/08/2020	30/12/2022	USD	100	5,571000	(16)
Itaú	SCA	07/08/2020	31/10/2022	USD	100	5,650000	(4)
Itaú	SCA	07/08/2020	30/12/2022	USD	100	5,690000	(3)
Itaú	SCA	20/08/2020	30/03/2022	USD	100	5,768600	15
Itaú	SCA	20/08/2020	31/10/2022	USD	100	5,910000	17
Itaú	SCA	16/12/2020	31/10/2022	USD	200	5,375000	(66)
Itaú	SCA	16/12/2020	30/11/2022	USD	200	5,388000	(66)
Itaú	SCA	21/12/2020	31/05/2022	USD	400	5,346000	(122)
Itaú	SCA	28/12/2020	31/05/2022	USD	500	5,451500	(104)
Itaú	SCA	05/01/2021	31/05/2022	USD	400	5,491000	(75)
Itaú	SCA	07/01/2021	31/05/2022	USD	500	5,549000	(50)
Fibra	SCA	11/01/2021	31/05/2022	USD	400	5,696500	(41)
Fibra	SCA	29/01/2021	25/02/2022	USD	600	5,606400	(29)
Fibra	SCA	29/01/2021	31/03/2022	USD	600	5,625500	(46)
Fibra	SCA	29/01/2021	30/12/2022	USD	1.200	5,838000	(359)
Fibra	SCA	12/05/2021	31/05/2022	USD	500	5,474000	(158)
Banco do Brasil	SCA	27/05/2021	31/05/2022	USD	1.000	5,549000	(244)
Banco do Brasil	SCA	27/05/2021	30/06/2022	USD	1.000	5,581400	(263)
Banco do Brasil	SCA	27/05/2021	31/10/2022	USD	300	5,704900	(100)
Banco do Brasil	SCA	27/05/2021	30/11/2022	USD	300	5,735300	(104)
Banco do Brasil	SCA	27/05/2021	30/12/2022	USD	300	5,767100	(109)
Banco do Brasil	SCA	31/05/2021	31/05/2022	USD	400	5,455800	(133)
Fibra	SCA	23/06/2021	29/09/2023	USD	500	5,660000	(376)
Fibra	SCA	20/10/2021	30/09/2022	USD	1.000	5,971500	(44)
Fibra	SCA	21/10/2021	30/09/2022	USD	200	6,115000	18

Swap em 2021

Contraparte	Contratante	Início	Vencimento	Moeda	Valor Ncional (em BRL mil)	Taxa Contratada	Valor Justo
Itaú	SCA	29/09/2021	21/10/2022	BRL	10.336	2,1% a.a. + CDI	26
Total Geral							(2.456)

Nesse contrato, em função do Grupo adotar uma posição vendida, quando a Ptax do fechamento do dia do vencimento da parcela ficar abaixo da taxa média contratada, o Grupo recebe um ajuste financeiro do banco relativo à diferença de taxas. Por outro lado, se a Ptax ficar acima, o Grupo paga um ajuste financeiro ao banco.

Análise de sensibilidade

De acordo com as regras do CPC 40 - Evidenciação, uma análise de sensibilidade é requerida para que seja evidenciado qual o valor que o resultado e patrimônio líquido seriam afetados pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis na data das demonstrações financeiras. O quadro a seguir demonstra uma análise de sensibilidade em 5 cenários, considerando um cenário provável com base em estimativas de mercado e outros com “stress” em relação ao cenário provável:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado 2021				
	Cenário provável	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Descrição dos cenários	Projeção para 2022	Alta de 25% em relação ao cenário provável	Alta de 50% em relação ao cenário provável	Queda de 25% em relação ao cenário provável	Queda de 50% em relação ao cenário provável
Câmbio médio do período (R\$/US\$)	5,53	6,91	8,29	4,15	2,76
Taxa Selic média do período (%a.a.)	12,75%	15,94%	19,13%	9,56%	6,38%

Instrumento	Nocional	Risco	Impacto em PL e DRE em R\$ mil				
			Cenário provável	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
NDF (US\$ mil)	2.456	Cambial	(125)	3.269	6.664	(3.520)	(6.915)
Empréstimos pós-fixados (R\$ mil)	219.695	Taxa de juros	227.384	234.387	241.390	220.382	213.379
Aplicações Financeiras (R\$ mil)	69.771	Taxa de juros	78.667	80.891	83.115	76.443	74.219
Impacto total			305.926	318.547	331.169	293.304	280.683

22 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito é de R\$ 678.152 (R\$ 678.152 em 2020), representado por 645.946.019 ações (645.046.019 em 2020), no valor nominal de R\$ 1,04170 por ação.

Em 2021 o sócio majoritário fez adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R\$ 50.000 destinados, principalmente, a cobrir investimentos e gastos operacionais das controladas operacionais.

Destinação dos resultados

Os lucros auferidos ao final de cada exercício, quando houver, após a constituição de reserva de 10% do lucro líquido terão a destinação que os sócios representando a maioria do capital social deliberarem. Aprovada a distribuição de lucros, a mesma será feita aos sócios na proporção das respectivas quotas do capital social. Os prejuízos apurados nos balanços anuais, nos termos da lei, serão compensados com os lucros dos exercícios futuros.

Os sócios representando a maioria do capital social poderão distribuir lucros intermediários ou pagar juros sobre o capital à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros relativo ao último exercício social.

Ajustes de avaliação patrimonial

A conta de ajuste de avaliação patrimonial, cujo saldo é de R\$ 289.034 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 289.124 em 2020) é composta pela contrapartida da avaliação ao valor justo dos ativos imobilizados das suas controladas quando da adoção inicial no Brasil em 2010, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferidos. Esse saldo é amortizado e transferido para lucros acumulados na medida em que os respectivos ativos são depreciados ou baixados.

23 RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Fluxos de receitas

As receitas operacionais do Grupo são compostas pela comercialização de produtos agrícolas.

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas líquidas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	2021	2020
Tabaco	163.676	145.925
Algodão	67.489	27.174
Soja	45.212	40.452
Milho	19.085	20.428
Café	38	2.630
Feijão	2.046	1.675
Sorgo	975	1.193
Banana	19	361
Milheto	-	213
Cacau	85	-
Venda de itens de estoque	719	647
Receita Bruta de vendas	299.344	240.700
(-) Impostos incidentes sobre vendas	(25.212)	(21.138)
(-) Devoluções e abatimentos	(682)	(860)
Receita operacional líquida	273.450	218.702

O aumento das Receitas Líquidas de vendas do Grupo é reflexo da expansão de sua capacidade produtiva com aumento de área produtiva para a cultura de algodão e soja, conforme mencionado na nota 1.

Obrigações de desempenho e Políticas de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Produtos Agrícolas	Os clientes obtêm controle quando os produtos são entregues e aceitas nas dependências do mesmo. As faturas são emitidas naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias. Não há nenhum desconto padrão para as vendas e também não existe nenhum programa de fidelidade que possamos identificar como uma obrigação de desempenho de modo aplicável ao CPC 47.	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Entretanto, realiza-se uma estimativa de notas faturadas e não entregues, baseadas em dados históricos, e o valor é estornado na receita de vendas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24 GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Insumos agrícolas (<i>Sementes, fertilizantes e outros insumos</i>)	-	-	90.818	89.030
Despesa com pessoal	-	-	51.327	47.671
Energia elétrica	-	-	16.531	16.185
Serviços de terceiros	59	80	9.853	13.357
Depreciação e amortização	16	16	23.519	25.519
Combustíveis, lubrificantes e manutenções	-	-	41.808	40.421
Crédito Extemporâneo PIS/COFINS	-	-	(1.144)	410
Fretes, transportes e armazenagens	-	-	1.384	562
Valor justo do biológico	-	-	(28.554)	(32.358)
Outras despesas	56	67	4.605	8.327
Provisões judiciais	-	-	-	119
Processos trabalhistas	-	-	(159)	718
Processos fiscais	-	-	-	882
	131	163	209.988	210.843
Apresentado como:				
Custo dos produtos vendidos	-	-	(214.547)	(222.850)
Valor justo dos ativos biológicos	-	-	28.554	32.358
Despesas administrativas e gerais	(131)	(163)	(20.840)	(17.506)
Despesas comerciais	-	-	(3.155)	(2.845)
	(131)	(163)	(209.988)	(210.843)

25 OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Amortização da mais valia	(1.158)	(1.158)	(1.158)	(1.158)
Resultado na alienação de ativos	-	-	(1.565)	(568)
Outras despesas (receitas)	-	-	(181)	(95)
	(1.158)	(1.158)	(2.904)	(1.821)

26 RECEITAS (DEPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas Financeiras				
Ganho com Instr. Financ. - Não Liquidados	-	-	-	1.746
Ganho com Instr. Financ. - Liquidados	-	-	1.133	652
Receitas de Aplicações financeira	109	66	1.000	435
Variação cambial ativa	-	-	6.282	2.694
Outros juros	-	-	383	300
	109	66	8.798	5.827
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e fornecedores	-	-	(20.305)	(13.376)
Perda com Instr. Financ. - Não Liquidados	-	-	(2.096)	(2.396)
Perda com Instr. Financ. - Liquidados	-	-	(15.725)	(8.118)
Variação Cambial Passiva	-	-	(7.203)	(10.982)
Outras despesas	(4)	(3)	(2.196)	(1.577)
	(4)	(3)	(47.525)	(36.449)
Resultado financeiro líquido	105	63	(38.727)	(30.622)

27 ASPECTOS AMBIENTAIS

O Grupo considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. O Grupo diminuiu os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/ operacionais. A administração do Grupo acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseadas nas atuais leis e regulamentos em vigor.

28 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 03/02/2022 a SCIA fez o aumento do capital social da controlada Santa Colomba Agropecuária no total de R\$ 10.000, passando de R\$ 431.468 para R\$ 441.468, mediante a emissão de 10.000.000 de quotas subscritas integralmente. Os valores foram transferidos da rubrica de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social para a rubrica do Capital Social.

Miguel da Cunha Gonçalves Prado

Diretor Presidente

Renan Zumpano Rovai

Diretor Financeiro

Joelma Azevêdo dos Santos

Contadora

CRC 1SP 284071-O-9